

CORREIO POLÍTICO

Carlos Moura/Agência Senado



Tereza quer sentar na cadeira de Alcolumbre

Tereza Cristina quer presidir o Senado

Enquanto vai ficando claro que não vai se concretizar o desejo do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de ter a senadora Tereza Cristina (PP-MS) como a candidata a vice-presidente na chapa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ela mesma começa a mostrar de forma mais explícita qual é o seu desejo. A ex-ministra da Agricultura quer suceder Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) na presidência do Senado. Já anda sondando colegas. De alguns, tem ouvido que poderá ter uma parada dura: empoderado pelo fato de ser o coordenador da campanha de Flávio, Rogério Marinho também vai querer o cargo. Segundo interlocutores, ela brinca da seguinte forma: “Mas eu falo com os aliados do atual governo, e ele não”.

Flávio: moderado só no discurso

E talvez esteja aí – o fato de suas relações serem mais amplas que o campo da direita mais radical – a razão pela qual ela não deva ser a vice de Flávio. O sobrenome de Flávio é Bolsonaro. E é principalmente por ter esse sobrenome que ele foi ungido por seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, candidato à Presidência. O desejo de Valdemar de ter Tereza Cristina na sua chapa é anterior à própria candidatura atual: ele já a defendia em 2022.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alcolumbre chega mais desgastado a 2027

Família teme sombras

Toda a brighalhada familiar que hoje exaspera Valdemar Costa Neto refere-se a um ponto principal. Jair Bolsonaro, como o patriarca, e o seu clã querem manter o controle político da direita brasileira. Querem continuar sendo a grande referência. Então, temem dar espaço maior a qualquer outra liderança conservadora que possa vir a ofuscá-los. É o mesmo ponto que tinha desanimado o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na corrida presidencial. E que fez Bolsonaro optar pelo general Braga Netto em 2022.

Líder no agronegócio

Por esse raciocínio, o que poderia ser uma vantagem de Tereza Cristina vira prejuízo aos olhos do clã. Se viesse a ser a vice, ela poderia neutralizar uma tendência do agronegócio de vir a apoiar Ronaldo Caiado, do PSD. Mas essa mesma liderança é vista na família como desvantagem justamente por ela ter uma liderança política que pode obscurecer os Bolsonaros.

POR
RUDOLFO LAGO

Não quer

A chance, assim, de problemas de relacionamento como os que Jair Bolsonaro teve com seu vice, o hoje senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), faz com que ser vice de Flávio não seja mesmo um desejo da senadora do Mato Grosso do Sul. Ela não dirá claramente que não quer, mas também não se moverá.

Convite

Até porque tal convite, ou mesmo uma sondagem preliminar, nunca houve. Flávio Bolsonaro nunca teve uma conversa com ela na qual colocasse como hipótese que ela dividisse com ele a chapa presidencial. Presidir o Senado está nos seus planos. Além de Marinho, ela tem outro adversário: Davi Alcolumbre.

Reeleição

Davi Alcolumbre poderá disputar a reeleição no ano que vem. Mas há um cálculo de que ele chegará a 2027 bem mais desgastado. Está fragilizado por eventuais envolvimento na crise do banco Master. E a resistência que faz à indicação de Jorge Messias para o STF diminui sua simpatia junto aos governistas.

Apoio

Embora seja opositorista e conservadora, Tereza construiu relação com o governo ao atuar do mesmo lado em alguns momentos. Ela foi a relatora do PL da Reciprocidade, por exemplo, ferramenta dada ao governo para reagir, caso necessário, ao tarifação imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Comitiva

Em julho do ano passado, ela integrou uma comitiva de senadores que foi aos EUA negociar com políticos do país a amenização do tarifação de Trump. Num momento em que Eduardo Bolsonaro exultava com a sobretaxação imaginando que ela poderia pressionar o STF a não condenar seu pai.

Progressistas

Finalmente, pode não ser somente a senadora quem não quer oficializar um apoio a Flávio. Essa pode ser a opção do seu partido. Por conta das limitações nas alianças estaduais, como aconteceu com o escanteamento do senador Esperidião Amin em Santa Catarina. “Um erro caro para o estado”, disse Amin.



Dino pediu vista até publicação do acórdão do TSE

Mandato-tampão no Rio: 4X1 por indiretas

Dino pede vista até acórdão de cassação de Claudio Castro

Por Gabriela Gallo

No segundo dia de julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para definir se as eleições para o mandato tampão no Rio de Janeiro serão diretas (voto da população) ou indiretas (votos dos deputados estaduais), o ministro Flávio Dino pediu vista sobre o julgamento.

Em seu pedido, durante a sessão realizada nesta quinta-feira (9), o magistrado alegou que prefere aguardar pela publicação do acórdão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que levou à cassação de mandato do ex-governador do Rio Cláudio Castro (PL). Segundo a presidente do TSE e ministra do STF Cármen Lúcia, o acórdão do julgamento deve ser publicado na próxima semana.

“Nós ainda não temos a certidão completa, não temos os votos, não temos o acórdão, a ementa. Por isso, resolvi, neste caso, de forma muito excepcional, pedir vista de ambos os processos, para aguardar a publicação do acórdão”, justificou Dino. Para definir como serão as eleições fluminenses, o plenário do STF julga duas ações.

Apesar do pedido de vista de Flávio Dino, todos os ministros da Corte que compõem o Tribunal Superior Eleitoral – André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Cármen Lúcia – adianta-

ram seus votos. Os três acompanharam o voto do ministro Luiz Fux e se manifestaram favoráveis pela eleição indireta no estado, para o mandato-tampão que durará até o final do ano. Portanto, o placar estar em 4X1 para os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) definirem quem governará o Rio de Janeiro até dezembro.

“Considerando o que foi examinado quanto às consequências objetivas da renúncia, e o que foi decidido lá [TSE], não tenho provas que possa considerar que houve a renúncia como fraude e, portanto, eu também estou votando com a divergência do ministro-relator. Voto pela improcedência da reclamação”, destacou Cármen Lúcia, a última a votar no dia.

O único ministro que votou pelas eleições diretas no Rio foi o ministro Cristiano Zanin, que avaliou que a renúncia de Cláudio Castro foi uma “tentativa de burla” para evitar a convocação de eleições populares no estado. Além de Dino, ainda faltam os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e do presidente da Corte, Edson Fachin.

O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) renunciou do cargo em 23 de março, um dia antes de o TSE cassar o seu mandato por abuso de poder político e econômico.